

FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: CONTRIBUIÇÕES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO - 1922

BONATO, Nailda Marinho da Costa – UNIRIO

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: FAPERJ

Introdução

Conforme Joan Scott as pesquisas em torno da *história das mulheres* e seu reconhecimento como campo de estudo se dera a partir da década de setenta, apesar dos poucos recursos destinados pela Academia. Esse movimento ocorreu principalmente nos Estados Unidos, porém não deixando de ser, segundo ela, uma prática instituída em várias partes do mundo. (Scott, 1992, p. 64).

Soihet (1997), parafraseando Lucien Febvre quando entende que o “conhecimento histórico dever ter como referência ‘os homens, nunca o Homem’” afirma “tornar-se inadequado falar-se, hoje, em uma ‘história da mulher’”, pois sendo as mulheres “Diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe, portanto, abordar-se a *história das mulheres*”. (p. 275).

A partir dos anos oitenta “a pedagogia foi atravessada por um feixe de ‘*novas emergências*’, novas exigências e novas fórmulas educativas, novos sujeitos dos processos formativos/educativos e novas orientações político-culturais”. Entre essas novas orientações, temos os **movimentos femininos** iniciados ainda no século XIX, visando buscar o resgate social e a afirmação política das mulheres, que “reclamando o voto, a instrução, as tutelas sociais para o trabalho feminino e a maternidade puseram no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema do ‘*gênero*’”. (Cambi, 1999, p. 638). Neste sentido, para pensar a feminização do magistério no presente, especificamente a encontrada na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, se faz necessário ir ao passado visando compreender como mulheres e homens pensaram no passado esse campo profissional.

Conforme Louro (1997): “Quem ‘falou’ sobre as mulheres professoras, quem construiu e difundiu com mais força e legitimidade sua representação foram os homens: religiosos, legisladores, pais, médicos.” (p.103) Por isso, se faz necessário “ouvir as vozes” das mulheres; aqui esse escutar tem como aporte suas lutas pela emancipação através do movimento feminino organizado, especificamente a luta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Precisamos “estar atentos às relações entre presente e passado, isto é, compreender o presente pelo passado, mas também compreender o passado pelo presente”. (Le Goff, 1993, p.34). Assim, trago a discussão acerca do exercício do magistério na escola primária travada na primeira *Conferência pelo Progresso Feminino*, organizada pela Federação, em 1922, no Rio de Janeiro. O trabalho tem como fonte de análise documentos do arquivo da própria Federação contido no acervo do Arquivo Nacional, a partir das seguintes indagações: Qual o pensamento das mulheres da Federação em relação ao exercício profissional do magistério primário? O que reivindicavam em relação a esse campo profissional naquela Conferência? Suas vozes eram convergentes ou divergentes? Até que ponto a Federação, enquanto entidade representativa em prol dos direitos femininos naquele período, acatou, colaborou, contestou ou repudiou as representações instituídas do *ser* feminino centradas na figura da professora?

A busca de respostas a estas questões respalda-se em reflexão sócio-histórica que levou em consideração, como metodologia, **a pesquisa bibliográfica** e a **análise documental** de fontes primárias do Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, contido no acervo do Arquivo Nacional e as obras de Nagle (1974), Soihet (1974, 1997, 2002), Louro (1997), Araújo (1995), Scott (1992), Schumacher, Brazil (2000), Hahner (2003); Pinto (2003); Saffioti (1979), entre outras.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: contexto sócio-histórico

No plano econômico a década de vinte se caracteriza como um período de passagem do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial. O país vivia então um momento de grande efervescência cultural e política, marcado por insatisfações e pela busca de soluções para os problemas existentes como, por exemplo, a corrupção no sistema eleitoral e o flagelo do analfabetismo. A escolarização era vista “como um problema vital, pois a solução dele dependeria o encaminhamento adequado dos demais problemas nacionais.” (Nagle, 1974, p.109).

O ano de 1922 é marcado no plano cultural pela realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, e no plano político por uma revolta de militares, na capital federal, conhecida como os “Dezoito do Forte” de Copacabana; pela criação do Partido Comunista Brasileiro e pelo crescimento do feminismo em busca do sufrágio universal. (Hahner, 2003, Nagle, 1974, Soihet, 2000).

Como o descontentamento político e os protestos contra a oligarquia arraigada cresciam, tornava-se maior a possibilidade de direito ao voto feminino encontrar seu lugar em meio às exigências de reforma eleitoral da classe média urbana. (Hahner, 2003, p.269)

Nesse contexto, destacam-se grupos interessados em marcar posição de forma mais amena, frente à sociedade e ao poder instituído; entre eles vamos encontrar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, objetivando a conquista por parte das mulheres, de maiores direitos civis e políticos, tendo como principal bandeira a luta pelo voto feminino, “uma bandeira já levantada no final do século XIX, após a instauração da República, mas negada pelo Congresso Constituinte, em 1891” (Hahner, 2003, p.29) e só conquistada pelo decreto de 24 de fevereiro de 1932.

A Federação teve origem na Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Considerada como pioneira das lutas feministas, Bertha Lutz estudou na Europa, licenciando-se em ciências na Sorbonne, voltando ao Brasil em 1918. No período de estudos teve contato com a campanha sufragista inglesa, fato estimulador para a criação da Liga, em 1919, juntamente com outras mulheres de classe média, entre elas Maria Lacerda de Moura, uma professora primária e escritora de Minas Gerais. A Liga era apenas um grupo de estudos, de orientação laica, que buscava a “emancipação intelectual” da mulher. No tempo de sua criação, as duas mulheres concordavam sobre a necessidade de se apresentar alternativa além das já existentes Associações Cristãs ou da Legião da Mulher Brasileira. (Hahner, 2003, p.289). Na chamada oficial para a fundação, dizia Bertha Lutz:

...o melhor papel para as mulheres seria o de ‘tornarem-se instrumentos preciosos ao progresso do Brasil.’ [Bertha Lutz] opunha-se ao tratamento indulgente dispensado às mulheres, sempre tratadas como brinquedos ou crianças mimadas, e **expressava sua fé no poder da educação** para remediar esse estado de coisas, pois o Brasil ainda estava muito atrasado em relação aos países dominantes do mundo. (Hahner, 2003, p.288) (Grifo meu)

Por divergências de idéias, Maria Lacerda de Moura não participa da fundação da Federação. Enquanto Bertha Lutz prioriza a luta pela ampliação dos direitos políticos e legais e com a melhoria da situação econômica da mulher dentro da sociedade brasileira, mais do que com sua reestruturação radical, tudo indica que para a primeira “o direito de voto traria benefícios principalmente às mulheres de classe média, muito mais que uma substancial ajuda ao grosso da população brasileira ou maiores alterações na estrutura social do país”. (Hahner, 2003, pp.291-2) O embate provocou o

afastamento político das duas militantes. Indo para São Paulo, Maria Lacerda de Moura assume a presidência da Federação Internacional Feminina, entidade criada por mulheres de São Paulo e Santos. Bertha Lutz, em 1922, viaja para os Estados Unidos como delegada oficial do Brasil na I Conferência Pan - Americana de Mulheres quando toma contato com o movimento feminista americano; retornando funda a Federação. Assim essa associação feminina tem em sua gênese influências dos movimentos feministas europeu e americano; porém, o modelo que mais pareceu apropriado aos países latino-americanos, entre eles o Brasil, foi o americano. Dizia Bertha Lutz que o modelo europeu algumas vezes “resultava em algumas ações violentas”, enquanto o americano era calmo e sem a violência. (Araújo, 1993; Schumher, Brazil, 2000; Pinto, 2003; Hahner, 2003)

Bertha Lutz era oriunda da elite intelectual e econômica brasileira, filha de uma enfermeira inglesa e do cientista suíço Adolfo Lutz; condição que lhe possibilitou viajar e estudar na Europa, tendo contato com as sufragistas de outros países. (Pinto, 2003, Hahner, 2003)

O sufrágio feminino no Brasil foi essencialmente um movimento de classe média em prol de uma mudança judicial para garantir o voto daquelas mulheres que haviam alcançado a mesma qualificação que os homens, não uma tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade, nem a própria sociedade em si.”(Hahner, 2003, p.31)

De acordo com o “Livro de Matrícula”, em 1922, ano de sua fundação, a Federação contava-se 170 mulheres filiadas, onde 70% declaravam exercer alguma profissão, vinculadas ou não ao serviço público. Entre elas, professoras de escolas primárias, datilógrafas, funcionárias públicas, tipógrafas e encadernadoras. E em menor quantidade, mulheres com formação em nível superior: engenheira, advogada, farmacêutica, bióloga. (Hahner, 2003, p.339).

Na série de congressos feministas organizados pela Federação, entre os anos de 1922 e 1936, embora se discutisse “problemas relativos à pobreza nas camadas populares urbanas (condições mínimas de trabalho e licença maternidade, entre outros)”, poucas trabalhadoras compareciam, devido a sua realização em “momentos impróprios e lugares de difícil acesso” para a maioria delas (Hahner, 2003, p.340).

Muitos dados aqui trazidos podem também ser constatados na documentação.

A Conferência pelo Progresso Feminino: convocação e estrutura

Conforme consta nos documentos do Fundo FBPF/NA, em 1922, a Federação organiza a primeira *Conferência pelo Progresso Feminino*, ano do 1º Centenário da Independência que tem como marco a organização da Exposição Universal no Rio de Janeiro capital. A Conferência vai usufruir do espaço da Exposição para realizar algumas de suas atividades como a projeção de filmes sobre escolas de outros países. A Exposição buscava dar visibilidade internacional para o Brasil como um país moderno e civilizado e a Federação às “questões femininas” no país e fora dele.

Em carta convite datada de 28 de novembro de 1922, contendo pequenas modificações em seu teor dependendo do destinatário, Bertha Lutz como presidente da Federação, convida à participação na “primeira Conferência Brasileira de Mulheres pelo Progresso Feminino” que se realizará em dezembro. Segundo o conteúdo comum da epístola, a Conferência tinha como objetivo:

...deliberar sobre questões praticas de ensino e instrução feminina, assistência e protecção á mulher, methods de evidenciar o seu desenvolvimento e progresso, oportunidades de acção, condições de trabalho e carreiras abertas á mulher, seu papel como factor no lar e na comunidade, suas funcções e responsabilidade na vida dos povos, na elevação dos ideaes do mundo civilizado, na approximação das nações e na manutenção da paz.

Em uma delas, de destinatário não identificado, esclarece que a “Conferência não tem tendência política nem religiosa, não se filiando a nenhum programma político e não sendo contraria a religião”, pois seu intuito “é de aproximar amistosamente os diferentes grupos que trabalham pelo progresso feminino e de estabelecer bases de cooperação amigável mas autônoma”. Assim: “A campanha do sufrágio feminino no Brasil não estava ligada a nenhum outro movimento social, [religioso], nem a quaisquer partidos políticos” (Hahner, 2003, p.29), ao contrário de outros países. O importante era o “progresso feminino”.

Em outra convida o Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal Antonio Carneiro Leão, onde “confiando na [sua] esclarecida orientação”, toma a liberdade de também solicitar a indicação de delegadas daquela Diretoria para fazer parte da Comissão de Instrução e Educação da Conferência “afim de que os trabalhos sejam orientados pelos elementos profissionais mais competentes que existem entre nós.”

Na convocação lê-se: “Tratando-se de uma conferencia em pról do progresso feminino será acceita, independente de sexo, a collaboração de todos que possam ou queiram contribuir para esse fim, enviando trabalhos ou tomando parte do Congresso.”

Solicitava-se que os trabalhos fossem apresentados em forma de “memorias ou theses sobre condições existentes ou de indicações suggerindo medidas e methodos praticos de trabalho e aperfeiçoamento nos respectivos campos de seção.”

O evento teve como *tese geral*: “A colaboração da Liga pelo Progresso Feminino na educação da mulher no bem social e aperfeiçoamentos humanos”, contando com representantes de várias autoridades e de outros estados do país, além do Distrito Federal. Como delegada de honra Mrs. Carrie Chapman Catt, Presidente da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e da Associação Pan-Americana de Mulheres, que estava em visita ao Brasil; ainda associações profissionais ou de movimentos sócio-políticos de tendência religiosa ou laica: a Liga de Professores, a Cruzada Nacional Contra a Tuberculose, o Centro Social Feminino, a Cruz Vermelha, a Legião da Mulher Brasileira, a União dos Empregados no Comércio; diversos colaboradores, entre advogados, médicos, professores, deputados e senadores como Lauro Muller, de Santa Catarina, que tinha abraçado a causa pelo sufrágio feminino, tema de sua conferência; os médicos Moncorvo Filho, higienista, e Renato Kehl, apresentando “Breves considerações sobre um programma de protecção á infância” e “Como escolher um bom marido (O critério de um eugenista)”, respectivamente; o professor Domingos Sergio de Carvalho, representante do Ministério da Agricultura; as professoras Esther Pereira de Mello, Benevenuta Ribeiro - diretora da Escola Profissional Feminina Rivadavia Correa e Maria José Gaze - diretora da Escola de Aplicação da Escola Normal, como representantes da Diretoria de Instrução Pública, além do próprio Diretor Antonio Carneiro Leão (1922-1926); Miss James diretora da Escola Doméstica de Natal; as argentinas: “Mme. Mora Y Araujo e D. Julia Lopes de Almeida”, representantes del “Consejo Nacional de Mujeres” e a portuguesa Ana Castro Osório, da “Associação de Propaganda Feminista”.

Essa rede de relações pode ser explicada pelo fato de Bertha Lutz pertencer ao mesmo tempo à elite intelectual e econômica, realizando estudos na Europa, viajando por vários países e ainda se formando em advogada no Brasil no início dos anos trinta do século passado. E, ao contrário, de grande parte das feministas de seu tempo, mesmo as da elite econômica, “tinha reconhecimento e trânsito na elite política da época” (Pinto, 2003, p.23). Sendo ela a mais marcante ativista da Federação, sua trajetória de luta pela emancipação feminina se confunde com a da entidade por ela presidida.

Conforme consta do Programa a Conferência foi estruturada em Comissões: Organização; **Educação e Instrução**; Carreiras e Campos de Atividades Apropriadas à

Mulher; A mulher na Indústria, no Comércio e no Funcionalismo Público; Direitos da Mulher; Assistência e Proteção à Mulher e à Criança; O Papel da Mulher na Civilização. Nelas foram discutidos diversos assuntos que, por limitações de espaço e de recorte temático, não serão desenvolvidos. Mas, cabe destacar que, a partir das discussões na Comissão “Direito da Mulher”, foi criada na Conferência a “Aliança pelo Voto Feminino”, tendo como Secretária Geral Bertha Lutz e como presidente a esposa do senador Justo Chermont, representante da Cruz Vermelha.

A Comissão de Educação e Instrução e o magistério como campo de trabalho feminino

Além das representantes da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e seu Diretor, compunham a Comissão de Educação e Instrução, Corina Barreiros, Maria Adelaide Quintanilha e Brites Soares pela Federação; Carmem de Carvalho e Anna Borges Ferreira pela Liga do Distrito Federal; Branca Canto de Mello pela Liga Paulista e os Deputados José Augusto e Tavares Cavalcante. Esta composição sinaliza a participação do poder público nas discussões pertinentes à educação e consequentemente nas decisões tomadas na Conferência.

As *teses* eram apresentadas e discutidas no âmbito da Comissão para que seus membros dessem parecer quanto a sua apresentação no plenário da Conferência. Apresentavam preocupações com a formação e o exercício das profissões de magistério e do comércio e ofícios; com a função doméstica e a responsabilidade sobre a educação dos filhos e a formação de valores; o incentivo ao ensino doméstico nas escolas femininas segundo “os mais modernos modelos americanos e europeus” e o franqueamento das escolas de nível secundário e superior às mulheres, como era o caso do Colégio Pedro II. Aqui destaco as questões trazidas à Comissão acerca do magistério, visando discutir o processo de feminização da docência nesse ramo de ensino.

Em “Da Instrução da Mulher” Branca Canto e Melo, representante da Liga Paulista, tem como foco a instrução e o espaço profissional para as mulheres em São Paulo. A leitura do documento fornece pistas significativas para que se explique o processo de feminização do magistério primário ao longo do tempo. Segundo ela, o espaço conquistado pela *moça paulista* dentro e fora de casa naquela sociedade, mesmo que conservadora, era notório. Para as mulheres de “classe média, a chamada burguezia

e talvez mesmo o proletariado” (p.1), se abrem novos espaços profissionais para além do magistério primário; as funções do comércio são solicitadas por um mercado de trabalho “risonho e promissor”. As múltiplas ocupações como a de Caixa, Datilógrafa e Estenógrafa “são quase que exclusivamente preenchidas pelo sexo feminino” (p.3).

No Brasil, ao longo da segunda década do século XX (...) as jovens de elite e as dos setores médio emergentes desfrutavam juntas oportunidades casa vez mais concretas de maiores contatos sociais e de emprego fora de casa. Essas oportunidade, entretanto, estavam longe de serem as mesmas. Mulheres com boa instrução e bem relacionadas podiam garantir seu ingresso em profissões liberais, mas aquelas cuja formação tinha sido limitada buscavam emprego em campos de expansão como o serviço público, o comércio, os bancos e a educação primária. **Entre 1906 e 1920, só no Rio de Janeiro, por exemplo, o número de professoras mais que triplicou.** (Hahner, 2003, p.280)

Uma leitura atenta do documento revela uma concepção que credita às mulheres algumas vocações entendidas como próprias da sua condição de sexo biológico, mas revela também, uma preocupação bastante discutida nos dias atuais - a baixa remuneração de profissões quando instituídas para o sexo feminino. Constatada o grande contingente de mulheres nos campos profissionais, um já instituído (magistério primário) e outro em formação (o comércio), a pergunta colocada por Branca Canto e Melo era a seguinte: “Que resultará dahi?” É ela mesma quem responde vislumbrando um caminho indesejável ao trabalho feminino: “O amesquinamento da profissão e o barateamento do trabalho”, este entendido como a queda no valor da remuneração salarial, preocupação importante tendo em vista o “encarecimento da vida no país”. Na seção “Da nacionalização do ensino público” do documento, solicita às conferencistas que reflitam sobre as questões:

Dissemos acima, que a classe media, a burguezia, e mesmo o proletariado têm, em S. Paulo, a felicidade de possuir, talvez pela premência das circunstancias, uma cultura intelectual de nível bastante elevado. Acrescentamos que essa felicidade começava a cahir no extremo opposto. De fato, o extremo opposto é a plethora. **Até há bem pouco tempo,o campo único aberto á actividade feminina era o professorado.** E professoras foram e são todas as que precisam trabalhar que se consultassem os temperamentos, as vocações, e nem mesmo a resistência orgânica de cada uma. A directoria das Escolas Normaes se via em apuros, sem poder, muitas vezes, matricular nem a terça parte das alumnas aprovadas. Há, portanto, plethora nos dois campos mais procurados pela actividade feminina. (p.3) (Grifo meu)

Devido a esse mercado aberto às mulheres as Escolas de Comércio e as Escolas Normais continuavam “a diplomar centenas de moças, anualmente”, conclui a representante paulista. Porém, o setor do magistério ainda era infinitamente maior, apesar da possibilidade de “barateamento da profissão”. Em São Paulo naquele ano da Conferência as Escolas Normais diplomaram 85,93% de professoras contra 14,07% de professores. (Tanuri apud Campos, 2002, p.29) O censo do Rio de Janeiro de 1920, denunciava a seguinte situação no Distrito Federal: o setor de magistério ocupava o segundo lugar em relação à participação da mão-de-obra feminina, com 81,20% contra 18,80% do masculino, perdendo apenas para o setor de serviços domésticos. No setor de Comércio, essa mão-de-obra, ainda era muito tímida, com apenas 3, 31% ocupada contra 96, 69% da masculina. (Araújo 1995).

As mulheres urbanas não originárias da elite viam na escola normal uma possibilidade de acesso ao “crescimento educacional e social”. Maria Lacerda de Moura, por exemplo, de família modesta foi normalista e depois professora de escola normal em Minas Gerais.

A grande concentração de mulheres nesse setor de ensino indica que consideráveis contingentes humanos começavam a ver na profissionização dos elementos femininos da família de ascensão social do Grupo como um todo. “ (Saffioti, 1979, p.221)

Nessa perspectiva a Escola Normal era defendida para a “mocidade feminina”, como espaço de igualdade. O jornal *A Barricada* de orientação anarquista, em 1915, informava: “No mesmo pé de igualdade, pobres e ricas, brancas ou não ombreiam [...] (umas com as outras) diariamente nos bancos da Escola, recebendo a mesma educação.” (In. Hahner, 2003, p. 196).

Na Comissão, as preocupações de Branca Canto e Melo se voltavam para as condições de subsistência de mulheres que, de uma forma ou de outra, ocupavam espaços no mercado de trabalho a elas destinado. Nesta direção, chama atenção para o papel que a instituição escolar deve desempenhar e para isso se pauta no pensamento do professor Aprígio Gonzaga ao palestrar no Conselho de Educação de São Paulo. De acordo com esse educador:

A escola tem de encarar a mulher sob duas faces: a mulher casada e a mulher solteira. A missão principal da mulher é de ser: mãe de família, esposa, quando necessário for, trabalhadora ao lado do homem, para se manter, sem dependências ou humilhações.

Por fim, ela acrescenta que, segundo o professor, por possuir características naturais como meiguice, paciência, docilidade, fraternidade, afetividade, a **profissão de magistério** para a infância era a mais adequada à mulher. Esse professor foi convidado por Carneio Leão para ajudar na (re)organização do ensino no Distrito Federal, porém declinou do convite.

Os discursos instituídos colocavam que o casamento e a maternidade seria o caminho natural às mulheres, assim “qualquer atividade profissional [seria] um desvio dessas funções sociais, ‘a menos que’ [pudesse] ser representada de forma a se ajustar a elas” e o magistério para ser reconhecido como uma profissão possível vai “tomar de empréstimos [esses] atributos que são tradicionalmente associados às mulheres” (Louro, 1997, p.96). Os ofícios abertos a elas no fim do século XIX “levarão a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna; dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício.” (Dauphin apud. Louro, 1997, p.97).

Para Saffioti como a República não apresentava um projeto educacional orgânico e integrado de cunho nacional, assentado no princípio da laicidade de ensino instituído na Constituição de 1891, teve como uma de suas consequências a dominação católica na educação (1979, p.216). Essa dominação trazia valores religiosos para educação republicana perpetrados ainda no Império, valores que certamente estavam presentes na formação proporcionada pela Escola Normal e incutidos em parcela significativa das mulheres, mesmo aquelas envolvidas no movimento feminista, de acordo com convicções e orientações que abraçavam.

A nacionalização do diploma da Escola Normal: uma reivindicação

Ainda faltava à República um plano central que estabelecesse diretrizes para um sistema organizado e integrado de educação nacional. As escolas primárias e normal eram de responsabilidade das unidades da federação, ou seja, dos estados. (Campos, 2002, p.26). Desta maneira, apesar dos números e, talvez devido a eles, num país de grandes dimensões como o nosso um outro problema colocado às professoras era trazido pelas conferencistas: o diploma conferido pela Escola Normal só era válido para o exercício da profissão no estado em que fora expedido. Que soluções poderiam ser dadas para que, ao tentar conquistar o espaço profissional, as professoras não tivessem que passar por *situações humilhantes*, no dizer de Branca Canto e Melo? Para mudar essa situação propunha a “nacionalização do ensino” público. Os estabelecimentos de

ensino superior que São Paulo possuía, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina tinham seus diplomas reconhecidos pela União; o mesmo acontecia com o Ginásio do Estado, então por que não se faria o mesmo com o diploma das professoras? Perguntava ela. O reconhecimento do diploma em nível nacional evitaria “a plethora e a subserviência que ella acarreta” à professora ao ir em busca de uma colocação no magistério público (p.4):

Em S. Paulo, há plethora de professoras. Há moças que perdem parte de sua vida a mendigar nas Secretarias uma oportunidade de trabalho. Dahi as cartas de protecção, os empenhos, o filhotismo, as situações dúbias, as semi cumplicidades que envesgam os modos de ver, que rebaixam a altivez, o brio e a dignidade que deve ter toda mulher, máxime, quando se destina ao papel de educadora. Para prover a sua manutenção, estas moças são obrigadas ao barateamento do trabalho, donde, o amesquinhamento humilhante da profissão. (p.4)

A possibilidade de a professora poder “ensinar onde melhor lhe conviesse, num ambiente que mais propicio lhe fosse, num clima mais favorável ás exigências de sua saúde” (p.4), só traria benefícios para a coletividade, pois trabalharia muito mais feliz. Concluindo, a representante paulista advoga que “A Liga pelo Progresso Feminino iria, estamos certas, de encontro aos desejos do professorado brasileiro, si procurasse obter dos poderes competentes a *nacionalização do ensino* em todos os ramos”(p.5)

Em consonância com o pensamento de Branca Canto e Mello, propõe um outro documento assinado por Corina Barreiros, representante da Federação, que a Conferência deva indicar a validação do diploma da Escola Normal em todo o território nacional.

A Conferência Feminina pelo Progresso da Mulher indica a conveniência de promoverem os Governos Estaduaes, accordo com o Governo Federal para a validade dos diplomas de normalistas, desde que **haja um programma completo e uniforme, um regimento único para ser cumprido de Norte a Sul do Brasil e uma fiscalização rigorosa por parte do Governo Federal.**” (Grigo meu)

Para ela a indicação se justificava por vários motivos:

Fora do estado onde foram diplomadas – as professoras perdem todos os direitos de exercerem o magistério publico – o que as obriga muitas vezes – ao abandono da nobilíssima carreira. A impossibilidade de permuta entre professores de uma para outro estado.

E numa perspectiva nacionalista, argumentava que “Se, por toda a parte, o ensino [tivesse] uma organização uniforme, as almas que elle formar – pensarão e sentirão com um fundo de unidade conveniente á cohesão nacional.” (p.4)

Indica a possibilidade dos governos subsidiar as escolas particulares que fossem abertas por professoras, enquanto a legislação educacional não garantisse a equiparação no sentido da nacionalização do diploma da Escola Normal. Pergunta:

Si a lei não facilitar que as normalistas exerçam o magistério publico fora do estado onde receberam seus diplomas, poderá o Governo auferir **algumas vantagens** às mesmas professoras si estas estabelecerem cursos particulares mantidos de conformidade com o regimento e programmas das escolas publicas e em zonas onde seja difficil a installação de escolas publicas primárias? (Grifo meu)

Propõe que o governo do estado onde a professora estabeleça um curso particular lhe concedesse uma sala com material apropriado à escola, desde que a matrícula atingisse um contingente de 25 alunos freqüentando.

Ministrar aulas particulares era uma prática das professoras, porém, entrar no serviço público era um desejo. No Distrito Federal, por exemplo:

Uma das práticas mais comuns eram as aulas particulares, indo a professora à casa dos alunos ou recebendo-os em sua casa, limitando-se assim o trabalho ao espaço doméstico. É grande a procura feminina de emprego no ensino público, onde se pode ingressar por concurso público ou por tráfico de influência. São numerosas as solicitações às autoridades do governo, principalmente ao prefeito. Nesses pedidos, as candidatas não só expõem suas qualificações, como suas dificuldades financeiras, sendo um forte argumento a falta de um homem na família que sustente a casa. A mulher trabalha por necessidade, não por dever. Uma viúva, por exemplo, pede ao prefeito uma vaga no magistério alegando que lecionava antes e parou quando se casou. O marido morreu em um acidente de barco e ela precisava retornar à sala de aula. (Araújo, 1995, p.80)

No exemplo trazido acima por Araújo é uma viúva quem solicita ao prefeito do Distrito Federal uma colocação. Inicialmente são as mulheres *solteiras, as órfãs e as viúvas* que se dedicam ao magistério. (Louro, 1997, p.104).

Voltando à Comissão. Corina Barreiros, assim como Branca Canto e Melo, entendia que para a validação dos diplomas de normalistas em todo o território nacional seria necessário apenas um plano comum trazendo linhas gerais referentes aos programas, aos métodos, aos livros didáticos, a ser seguido pelas professoras não tirando, contudo a liberdade de orientação profissional. Acreditava que esse

procedimento seria um grande auxílio para o combate ao analfabetismo, flagelo que assolava o país; contribuição também apontada pela representante paulista.

A campanha contra o analfabetismo agita o Brasil de norte a sul. E o Brasil é bastante vasto para garantir em seu seio um meio de vida nobre e digno a todos os que quizerem trabalhar pela sua grandeza, educando-lhe os filhos.(p.4)

De acordo com Nagle no “centenário da Independência, pesava sobre a Nação uma quota de 80% de analfabetos”. Uma vergonha para “um povo que [vivia] a querer ingressar na rota da ‘moderna civilização’” (1974, p.112). Não é demais lembrar que participou da Conferência o Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal Antonio Carneiro Leão (1922-1926), nacionalista identificado com a crença no poder da Educação como meio capaz de vencer as grandes mazelas sociais (o analfabetismo e as doenças que assolavam a cidade do Rio de Janeiro e o país) e implementar as bases do novo: um novo país, uma nova cidade, um novo homem, uma nova educação.

A questão do diploma é também sinalizada no *Parecer* emitido pela professora Guilhermina Vieira da Matta, representante do Espírito Santo, sobre a tese apresentada e defendida na Comissão por Maria José Gaze, diretora da Escola de Aplicação da Escola Normal e uma das representantes da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal. A discussão teve como ponto de partida as seguintes indagações: “As funções do magistério público primário devem ser privativas das mulheres em todos os graus? Qual a colaboração que podem ter os homens?”. Maria José Gaze defende que por ser “a mulher mais apta que o homem para o ensino primário e, sendo a Escola Normal o instituto onde se preparam professores primários, deve ser ela exclusivamente destinada ao sexo feminino”. Afirmar que na expressão “a mulher mais apta” estava embutida a mesma concepção do professor Aprígio Gonzaga de que a mulher por sua natureza possui características próprias para ensinar às crianças pequenas, não seria um erro. Na sociedade carioca dos anos vinte:

A arte do magistério é quase uma continuação das tarefas educacionais da mãe dentro de casa, habituada a ensinar e dar boa formação aos filhos. Ser professora, na opinião de grande parte da sociedade, era ter a profissão ideal da mulher, que possuía “uma moral mais elevada que o homem é mais delicada e indulgente com as crianças, além de doce, carinhosa, sentimental e paciente”. (Araújo, 1995, p.79)

Na 1ª Conferência Pedagógica ocorrida em 1873, o professor José Alves da Visitação já advoga que, assim como nos países civilizados, a mulher deve instruir-se, não com o exagero de cursar universidade, mas para o magistério, já que são adequadas

para **a arte de ensinar crianças**. (Acervo do AGCRJ). Gaze entende que as mulheres têm “muito mais que o homem sentimentos affectivos, paciência e astúcia pa. compreender a alma da criança e educá-la, não se [sentindo] deslocada, ao sahir do seio da família pa. a escola”.

O trabalho fora do lar, para [as mulheres tinha] de ser construído de forma que se [aproximasse] das atividades femininas em casa de modo a não perturbar essas atividades, [combinando-se] elementos religiosos e ‘atributos’ femininos, construindo o magistério como uma atividade que implica doação, dedicação, amor, vigilância. (Louro, 1997, p.104).

Assim, uma atividade não atrapalhava a outra.

Embora a tese de Gaze receba restrições por parte da representante do Espírito Santo, o estereótipo feminino na figura da professora não desaparece. Guilhermina Vieira da Matta concorda com as qualidades apontadas por Gaze, porém argumenta sobre a necessidade de rapazes no ensino primário, já que a instrução primária não era oferecida apenas nas capitais, mas também nos sertões. Ora, sendo estes locais de difícil comunicação se tornava mais fácil aos homens “penetrar pa. civilizar” os filhos daqueles que viviam afastados da civilização e em pleno analfabetismo. Ficava evidente que “esta árdua tarefa” – ensinar nos sertões seria mais apropriada aos homens, ratificando a condição de “fragilidade” das mulheres em relação a eles. Argumenta, ainda, ser os homens mais adequados para lecionar nos cursos noturnos destinados ao operariado. Assim, para as mulheres, as crianças “civilizadas” e para os homens “a massa ignara”, visando proteger as primeiras.

Outra coisa, franquear a Escola Normal aos rapazes seria uma oportunidade para aqueles que não dispunham de recursos financeiros para pagar a matrícula dos Ginásios continuarem estudando, não se limitando apenas a instrução elementar. Por outro lado, seria contraditório fechar as portas dessa Escola aos homens, se a entrada de mulheres no Colégio Pedro II e em outros cursos superiores era reivindicada naquele fórum de discussão. Nesta direção, uma das responsáveis pela defesa da entrada de meninas no referido Colégio era a própria Bertha Lutz, o que só aconteceu em 1927.

Para a segunda *tese* de Gaze, referente à necessidade de prática escolar para a formação de professores primários, não houve restrições por parte de Guilherme Vieira da Matta, havendo aí uma consonância de vozes. Diz a primeira: “Sendo o exame de prática escolar a melhor maneira para se aferir a aptidão dos futuros mestres, é elle indispensável na Escola Normal, emquanto não for exclusivamente destinada ao sexo

feminino”. Pois a vocação para o magistério consubstanciada na figura feminina estava posta.

Tentando concluir

Diferentemente das mulheres inglesas, o movimento feminista brasileiro, tendo por objetivo primeiro a luta pelo direito ao voto feminino, em vários momentos retoma estereótipos e confirma papéis sociais, normativos, de esposa, mãe e donas-de-casa como próprios das mulheres, respingando na figura da professora, como visto nas discussões que permearam a Conferência de 1922. Uma das teses apresentadas foi: “O casamento deve incompatibilizar a mulher para o exercício do magistério primário?” Pela documentação consultada essa *tese* não foi discutida, por motivos ainda não identificados. Porém, no “Programma da Secção da Instrucção”, sobre o exercício do magistério, como conclusão tirada, lê-se: “As funções do magistério publico primário devem ser privativas das mulheres em todos os graos. A colaboração dos homens deve ser subsidiaria.”

Naquela década de 1920, os grupos organizados de mulheres, cada qual com o seu olhar, uns mais conservadores, outros mais progressistas, tinham como uma de suas reivindicações o trabalho feminino fora dos lares, porém mantendo a condição do “ser feminino”. Ora, o magistério era um espaço que proporcionava o atendimento a essa reivindicação, portanto resguardar esse espaço profissional era uma luta legítima, significando um avanço, tendo em vista que nem todas as mulheres galgariam o ensino superior ou profissões consideradas de elite. Por outro lado, se a escolha profissional de algumas mulheres pelo magistério estava articulada a estereótipos de feminilidade e a falta de opções expressava também o desejo de realização pessoal, pois como bem disse Araújo (1997): “a tirava de casa para a rua” (p.70). Por isso, os cursos normais eram bastante procurados.

Sem dúvida que a atuação da Federação, enquanto entidade organizada de mulheres, não foi o único elemento causador do processo de feminização do magistério, mas no intuito de garantir um espaço profissional para elas além dos muros da casa, veio a contribuir fortemente com ele, pois sua “voz” tinha ressonância nos poderes públicos. Mas também é fato que devido aos acontecimentos sócio-políticos do período, os homens foram sendo “empurrados” para outras profissões. Mas isso é para outro texto.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999.

_____. Formação do corpo docente e valores da sociedade brasileira: a feminização da profissão. Maria Christina Siqueira de Souza, In. ____e SILVA, Vera Lucia Gaspar da (orgs.). **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CARNEIRO LEÃO, Antonio. **O ensino na Capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1926.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2003.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979

SCHUMAHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: S.O.S Corpo, 1991.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.275-296.

_____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Anped; Campinas-SP: Autores Associados, set./out./nov./dez./2002, n.15, pp.97-117.

_____. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937**. Niterói-RJ: ICHÉ/UFF, 1974. (Dissertação de Mestrado)